

Governo muda regras do "relending"

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo está convencido de que precisam ser alteradas as regras que regulam hoje o mecanismo do "relending" — reempréstimo —, para tomadores internos, dos recursos externos que ficam retidos em conta do Banco Central como consequência dos acertos de renegociação da dívida do País. "Observa-se atualmente um descompasso muito grande, provocado pelo excesso de demanda interna na busca desses recursos e que se vem avolumando desde o final do ano passado."

O desvio, apontado para este jornal pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, leva o governo a suspeitar de uma predisposição dos tomadores internos a pagar comissões extras — que não estão previstas nas regras do Banco Central — para garantir o acesso às linhas de reempréstimo.

O descompasso entre a oferta e a demanda em torno dos dólares que estão internalizados no Banco Central surgiu na medida em que aumentou, significativamente, a emissão dos chamados "avisos de prioridade" nos últimos meses da administração passada. Estes avisos dão o sinal verde para a contratação de empréstimos externos por parte do setor público — incluindo-se aí não só as estatais, mas também os estados e os municípios — para rolagem do principal e pagamento de juros de dívidas anteriores.

"O mecanismo do 'relending' precisa ser corrigido para que não se repita, durante a vigência da fase 3 da renegociação plurianual da dívida externa, o mesmo desequilíbrio que está sendo

Governo muda regras

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília
(Continuação da 1ª página)

observado agora e que traz sérios problemas internos, na medida em que não há limite estabelecido em função do tipo de tomador", explicou Freitas.

Na verdade, a questão do "reempréstimo" ganhou "status" de grande prioridade dentro do processo de entendimento com os credores externos e foi o principal tema levado à mesa de discussões, em Nova York, durante o encontro de terça-feira passada entre o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e os membros do comitê assessor da dívida externa brasileira. Logo no dia seguinte, na quarta-feira, a questão não escapou das colocações feitas pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, diante dos 27 governadores de estado e territórios reunidos no Palácio da Alvorada com o presidente José Sarney.

SETOR PÚBLICO

Conforme lembrou Freitas, citando o discurso de Dornelles, a intenção do governo é canalizar o aporte de recursos do esquema do "relending" para aqueles setores públicos definidos em função de seu interesse econômico, dentro do plano de ações da política econômica da Nova República. Assim, limites serão impostos em função do tipo do tomador, e é muito provável que as novas regras permitam a contratação destes empréstimos apenas para a rolagem do principal — "é ilusão pensar que o setor público tem condições de rolar suas dívidas externas com re-

ursos próprios" —, excluindo-se daí a possibilidade de os recursos serem usados para pagamento dos juros.

Esta é uma das idéias, entre muitas, que estão sendo objeto de discussões entre os representantes do Banco Central, dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e do Banco do Brasil. Um ponto que parece estar claro é o da não aceitação das exigências dos bancos credores no sentido de que o reempréstimo esteja vinculado a projetos específicos.

Do lado dos credores, existe o pleito no sentido de poderem acionar o sistema de reempréstimo por prazos inferiores aos do vencimento externo das operações. "Este é um aspecto que precisa ser bem estudado para que não haja atropelos", atestou Freitas. Uma das restrições embutidas na pretensão dos bancos internacionais está ligada ao encarecimento dos empréstimos por força de novas despesas de ordem legal e administrativa, conforme observou o diretor do Banco Central, lembrando, no entanto, que não há benefícios adicionais para os credores externos na medida em que a reciclagem dos recursos não supõe incidência extra de juros nem de "spreads".

"Os custos são os mesmos negociados no 'pacote' plurianual. Se o dinheiro estiver nas mãos de um tomador interno, este fica com a responsabilidade de mandar para o exterior os juros e a remuneração relacionados àquela parcela. Se estiver no Banco Central (BC), este se encarrega de fazer o pagamento do serviço da dívida." Freitas destaca, ainda, que a fase

III não prevê o pagamento de nenhum tipo de comissão aos credores — só no caso do empréstimo consorciado poderá haver um "arrangement fee", na base de 0,25%, que será desembolsado na forma de cruzeiros.

DISTRIBUIÇÃO

O problema centra-se na forma de como adequar a distribuição interna dos recursos externos. A definição de novas regras passa pela reavaliação da série de resoluções, circulares que regulam a retirada dos depósitos em moeda estrangeira controlados pelo BC e deverão servir de pontos de partida para o pretendido direcionamento destes recursos em função das características do tomador.

Estes instrumentos são importantes na medida em que trazem implicações para a política monetária. Só para se ter uma idéia, por conta do excesso de demanda verificado nos últimos meses em torno das linhas de reempréstimo, os mutuários internos não estão conseguindo assinar nos prazos esperados seus contratos de empréstimo externo.

Isto tem provocado uma pressão adicional sobre as autoridades monetárias, mais especificamente sobre o BC, que deixa de receber em dia o "empréstimo-ponte" permitido pelo aviso MF-30 (ou MF-09, seu sucedâneo) e que foi idealizado justamente para ajudar no aperfeiçoamento do esquema do "relending" para as estatais. Só no mês passado, o impacto monetário destes atrasados representou a cifra de Cr\$ 1,2 trilhão.